



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2013

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Rômulo Veneroso e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duílio de Castro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, e dos Srs. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, e Álvaro Campos de Carvalho, Superintendente Regional do DNIT (6/4/2013). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projeto de Lei nº 2.378/2011 (Deputado Adalclever Lopes), 3.354/2012 (Deputado Fred Costa) e 3.367/2012 (Deputada Liza Prado), todos no 1º turno. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a qualidade da prestação de serviços de atendimento ao consumidor das empresas de telefonia móvel no Estado; Duílio de Castro em que solicita seja realizada audiência pública para debater os empréstimos e créditos descontados nas folhas de pagamento de aposentados; da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Anatel pedido de providências para averiguar a queda de sinal da TV aberta em 35 Municípios do Sul do Estado, ocorrida entre os dias 2 e 5 de abril deste ano, conforme noticiado no portal G1, no dia 5/4/2013; do Deputado Rômulo Veneroso em que solicita sejam recepcionados os Deputados membros da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa da Bahia, os quais vêm conhecer os trabalhos desenvolvidos por Esta Comissão e pelo Procon Assembleia. São recebidos os requerimentos dos Deputados Rômulo Veneroso em que solicita seja realizada audiência pública para discutir tema relacionado à desoneração de impostos sobre os produtos da cesta básica, uma vez que, dos 138 produtos da cesta, apenas 11 sofreram redução de preço; Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a causa da interrupção do sinal da operadora de telefonia celular Vivo na comunidade de Ravena, em Sabará, há pelo menos um mês; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação das 65 famílias moradoras do edifício Key Biscayne, que não conseguem registrar seus imóveis no Cartório de Registro de Imóveis devido a irregularidades na construção do edifício, de responsabilidade da construtora Novolar. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2013.

Adalclever Lopes, Presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/4/2013

Às 13h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Lamac e Rogério Correia (substituindo o Deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos ambientais e sociais causados pela atuação da empresa Incineração e Controle Ambiental - Inca - no Município de Prudente de Moraes. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Vanésia de Freitas Oliveira Álvares, Vereadora da Câmara Municipal de Prudente de Moraes, representando o Sr. Francisco Martins da Silva, Presidente dessa Casa Legislativa; o Padre José Roberto Filho, Prefeito Municipal de Prudente de Moraes; o Sr. Frances José Iglesias, Vereador da Câmara Municipal de Prudente de Moraes; o Sgt. PM Marcos Antônio Martins Fonseca, Comandante do 2º Pelotão da 198ª Cia. da Polícia Militar de Matozinhos; o Sr. Bruno Malta Pinto, Chefe Jurídico da Supram Central-Metropolitana; a Sra. Iara Righi, Analista Ambiental, representando o Sr. Diego Koiti de Brito Fugiwara, Superintendente Regional de Regularização Ambiental da Supram Central-Metropolitana; e os Srs. Josenaldo Tavares, Sócio-Diretor da Inca, e Reginaldo Alexandre Alves da Silva, Assessor Parlamentar do Deputado Federal Padre João na Regional Metropolitana, representando esse Deputado, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2013.

Paulo Lamac, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Antonio Lerin - Liza Prado - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/4/2013

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 752/2011, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e o parecer que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.378/2012 forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator Deputado Leonardo Moreira). O Projeto de Lei nº 2.331/2011 é retirado da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.549, 4.552, 4.582/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2) em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir a desativação da cavalaria da região do Barreiro de Cima, bem como a segurança pública da região; seja realizada visita da Comissão de Segurança Pública à sede do Centro de Operações da Polícia Militar do Estado - Copom-MG, com o objetivo de conhecer o trabalho desenvolvido pelo órgão, principalmente no videomonitoramento da violência através do programa "Olho Vivo"; João Leite, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira em que solicitam seja encaminhado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para a elaboração de um planejamento de enfrentamento de terremotos, incluindo ações de orientação à população para situações de pânico na cidade de Montes Claros; Sargento Rodrigues (4) em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados, respectivamente, na 17ª Cia. PM Esp. do 34º BPM e na 20ª Cia. PM Esp. do 16º BPM, pela operação que culminou na prisão de 25 flanelinhas, sendo 16 nas imediações do Mineirão e 9 nas imediações do Independência, pela prática de exercício irregular da profissão ou atividade; seja encaminhada manifestação de aplauso ao policial militar 3º Sgt Glaucimar Batista Gomes pelos relevantes serviços prestados à comunidade, em especial pela ação que impediu a efetivação do crime de roubo ao posto de gasolina Maquiné, no Bairro Bonsucesso, em 12/4/2013; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 15ª RPM, 19º BPM e 42ª Cia. PM pelo excelente trabalho realizado com profissionalismo e ética, no ano de 2012, em prol da segurança pública e da sociedade mineira; seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais militares lotados na 117ª Cia. PM do 9º BPM pelo salvamento do Sr. Heber Bernardino dos Santos, no dia 5/2/2013, no Município de Senhora dos Remédios, o qual corria risco de morte enquanto nadava na correnteza do córrego Lava -Pês; Leonardo Moreira, em que solicita seja encaminhado voto de congratulações com a Cel. PM Cláudia Romualdo, Comandante do Policiamento da Capital, pelo brilhantismo e competência com que vem conduzindo as ações de segurança na Capital mineira, contribuindo de forma fundamental para a redução dos índices de criminalidade. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Cabo Júlio em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Educação, Ciência e Tecnologia para discutir a implantação do uniforme escolar, de uso obrigatório pelo corpo discente dos Colégios



Tiradentes da Polícia Militar, com vistas a avaliar os impactos, o clima de insegurança, a exposição a risco e as ameaças a que ficaram sujeitos as crianças e adolescentes filhos de policiais e bombeiros militares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2013.

João Leite, Presidente.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/4/2013

Às 14 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.769/2013 no 1º turno e avoca para si a relatoria dessa matéria. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncia de maus-tratos infringidos a fugitivos da cadeia pública de Pompéu; dos Deputados Rogério Correia, Durval Ângelo, Paulo Guedes e Almir Paraca em que solicitam seja realizada visita ao Procurador de Justiça e Coordenador do CAO, às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional do Ministério Público Estadual e ao Procurador-Geral de Justiça do Estado para discutir os impactos sociais e a violação dos direitos humanos derivados da política e das atividades mineradoras no Estado; do Deputado Rogério Correia (15) em que solicita seja realizada visita ao Secretário de Meio Ambiente para discutir denúncias e problemas sociais que se referem à violação de direitos humanos, ligados às atividades de mineração no Estado; seja encaminhada ao Comandante-Geral da PMMG e ao Corregedor-Geral da PMMG cópia de documentos com pedido de providências de apuração das denúncias, especialmente no que se refere a eventual conduta irregular de militares, nos termos contidos no Redes 2012-001 895350-001; seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado e ao Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional do Ministério Público Estadual pedido de providências para a apuração das denúncias contidas nos documentos recebidos durante a reunião desta Comissão, realizada às 9 horas de 22/4/2013; sejam encaminhados ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e ao Coordenador do CAO às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanístico e Habitacional do Ministério Público Estadual documento e pedido de providências para averiguação de irregularidades na protelação do EIA-Rima e das concessões de licença subsequentes no Estado, especialmente as relativas ao Projeto Minas-Rio, em Conceição do Mato Dentro, bem como ao caso da empresa Carpathing Gold, em Riacho do Machado; sejam encaminhados ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais - Conedh-MG as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada às 9 horas do dia 22/4/2013, e documentos com pedido de providências para criar uma comissão constituída de um Deputado desta Casa e representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens, a fim de discutir denúncias de violações de direitos humanos; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada às 9 horas de 22/4/2013, às autoridades e representantes de órgãos e entidades presentes nessa reunião; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada às 14 horas de 22/4/2013, a diversos órgãos públicos, entidades e autoridades do Estado; sejam encaminhadas ao Presidente da Cemig as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada às 14 horas de 22/4/2013, com pedido de providências para a urgente regularização do fornecimento de energia elétrica no Anel Rodoviário e no interior da Ocupação Vila da Luz; seja realizada visita da Comissão de Direitos Humanos à Ocupação Eliana Silva e Camilo Torres para averiguar as atuais condições de vida dos moradores e possíveis violações de direitos humanos; sejam encaminhadas ao Prefeito de Belo Horizonte e ao Presidente da Copasa as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada às 14 horas de 22/4/2013, com pedido de providências para a urgente regularização do fornecimento de água nas Ocupações Camilo Torres e Irmã Dorothy; seja encaminhado ao Prefeito de Belo Horizonte pedido de providências para a implementação do programa federal Minha Casa Minha Vida - Entidades no Município; seja encaminhado ao Prefeito de Belo Horizonte e ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para se absterem de todas as medidas relacionadas ao despejo de comunidades oriundas de ocupação popular, como Camilo Torres, Irmã Dorothy e Eliana Silva, até o trânsito em julgado de todas as ações judiciais relativas a essas áreas; seja encaminhado ao Prefeito de Belo Horizonte, aos Presidentes da Cemig e da Copasa e ao Governador do Estado pedido de providências para iniciar e garantir a urbanização geral das comunidades oriundas de ocupação popular, especialmente Dandara, Camilo Torres, Irmã Dorothy e Eliana Silva; seja encaminhada ao Sr. Leandro Franklin Gorsdorf, Relator Nacional do Direito à Cidade da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais - Dhescas - a cópia do vídeo que registra a 11ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada às 14 horas de 22/4/2013; seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado pedido de providências para a suspensão temporária da vigência dos termos de ajustamento de conduta – TACs – firmados pelo Ministério Público do Estado com a Cemig e Copasa em 2002 e 2007, nos dispositivos que impedem o fornecimento de luz e água a comunidades oriundas de ocupação popular, até a conclusão dos estudos solicitados pela Sra. Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta, Promotora de Justiça, e a reformulação dos referidos TACs de forma a preservar os direitos à moradia e à cidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2013.



Durval Ângelo, Presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 30/4/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.826/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, para os fins que menciona. (Faixa Constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5 e 7 a 10, ficando prejudicados o Substitutivo nº 1 e as Emendas nºs 1, 4 e 6.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013, do Governador do Estado, que incorpora parcelas da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - instituída pela Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009, pelo valor da GCP vigente no ano de 2012, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.843/2013, do Governador do Estado, que reajusta as tabelas de vencimento básico das carreiras que indica, institui Gratificação Complementar no âmbito da Escola de Saúde Pública - ESP -, institui a carreira de Auditor Assistencial Estadual do Sistema Único de Saúde no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 8, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, ficando prejudicados o Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 1 a 8, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 11 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 19 e pela rejeição das Emendas nºs 9, 10 e 13 a 18. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 11, fica prejudicada a Emenda nº 12.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.412/2012, do Deputado Gilberto Abramo, que institui o Dia Estadual da Conscientização para Doação de Leite Humano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.631/2011, do Deputado Arlen Santiago, que altera dispositivos da Lei nº 15.975, de 12 de janeiro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que confere ao Município de Itabira o título de Capital Estadual do Tropicismo. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/2011, do Deputado Elismar Prado, que dispõe sobre a política estadual de incentivo ao direito dos alunos da rede pública estadual de terem acesso ao cinema. A Comissão de Justiça conclui pela



constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.839/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Política Estadual de Mobilização para Doação de Medula Óssea em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.176/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2012, do Deputado Dilzon Melo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Manhuaçu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.252/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.467, de 13 de janeiro de 2005, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Cultura do Poder Executivo, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.271/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública, especialmente à Polícia Militar e à Polícia Civil, do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.625/2012, do Governador do Estado, que institui a política de incentivo aos atletas e aos técnicos em atividade do desporto de rendimento. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Esporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.803/2013, do Governador do Estado, que autoriza a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.812/2013, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.648, de 5 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica, situado no Município de Cana Verde. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.815/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.878/2013, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais relativa ao ano de 2013. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.131/2012, do Deputado Tiago Ulisses; 3.316/2012, do Deputado Zé Maia; 3.466/2012, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.600/2013, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.603/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.700/2013, do Deputado Arlen Santiago.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.795/2011, da Deputada Rosângela Reis; 3.065/2012, da Deputada Liza Prado; 3.333/2012, do Deputado Marques Abreu; 3.462/2012, do Deputado Paulo Lamac; 3.616/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.683/2012, da Deputada Liza Prado; 3.697/2013, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.706/2013, do Deputado Cabo Júlio; 3.761/2013, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.842/2013, do Governador Antonio Augusto Junho Anastasia; 3.885/2013, do Deputado Gilberto Abramo; 3.893/2013, do Governador do Estado; 3.918/2013, do Deputado Paulo Guedes; 3.926/2013, do Deputado João Vítor Xavier.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.061/2011, do Deputado Antonio Lerin; 2.472/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 3.901/2013, do Governador do Estado; 3.921/2013, do Deputado Luiz Henrique; 3.925/2013, do Deputado Hely Tarquínio; 3.949/2013, do Deputado Tenente Lúcio; e 3.954/2013, do Deputado Neilando Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para apuração de denúncias do lançamento de fezes de animais, pela granja de suinocultura da Fazenda Itajubá, situada no Município de Oratórios, no leito do Ribeirão de Oratórios, com a presença de convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.853/2013, do Deputado João Vítor Xavier.

Requerimentos nºs 4.426/2013, do Deputado Duarte Bechir; 4.430/2013, da Deputada Liza Prado; 4.434/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.468/2013, do Deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.688/2013, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.519/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 4.524/2013, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; e 4.539/2013, do Deputado Luiz Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.610/2012, do Deputado José Henrique.

Requerimentos nºs 4.403, 4.404, 4.534/2013, do Deputado Fábio Cherem; 4.464/2013, da Deputada Luzia Ferreira; 4.467, 4.469, 4.470, 4.471/2013, do Deputado Ivair Nogueira; 4.525/2013, do Deputado Arlen Santiago; 4.535/2013, do Deputado Sebastião Costa; 4.607, 4.608, 4.609, 4.610/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 30/4/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 376/2011, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.553 e 4.554/2013, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 2/5/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre a acessibilidade no transporte público municipal e intermunicipal.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião com convidados, a ser realizada em 30/4/2013, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir violações de direitos humanos praticadas contra 40 famílias, que estão sendo retiradas de suas casas no Bairro Alípio de Melo, por meio de processo de reintegração de posse, nesta Capital, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2013, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o reassentamento de famílias que se encontram no interior da Reserva Biológica da Mata Escura, no Município de Jequitinhonha.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2013.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária da Copa do Mundo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mário Henrique Caixa, Bonifácio Mourão, Fábio Cherem e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2013.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Célio Moreira, Glaycon Franco e Marques Abreu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2013, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2013.

Vanderlei Miranda, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/5/2013, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.549/2012, do Deputado Durval Ângelo, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.346/2011, dos Deputados Durval Ângelo e André Quintão, de obter esclarecimentos sobre o Procedimento nº 175.634, no qual figuram como partes o Sr. Marcos André Rezende, Subinspetor, e as Sras. Tânia d'Arc dos Santos, Delegada, e Maria Helena Pedrosa, escritã, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2013.

Durval Ângelo, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/4/2013

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores do Ipsemg marcando presença aqui, legitimamente defendendo os interesses da categoria e desse grande Instituto que serve a todos os funcionários do Estado de Minas Gerais, senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, em entendimento com o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, apresentaremos um requerimento a ser votado nesta semana. Por garantia do Presidente, voltaremos novamente, por intermédio da Comissão de Segurança Pública, a Montes Claros para debater um problema sério que tem aterrorizado a população da cidade e tirado a tranquilidade do povo montes-clarenses.

Refiro-me, Deputados, aos constantes tremores de terra que têm ocorrido em Montes Claros. A cidade, praticamente toda semana, registra pequenos abalos sísmicos, terremotos e tremores que variam de 2 a 4 pontos na Escala Richter. Os especialistas estão dizendo que isso vai continuar, que é comum, que a população não precisa se apavorar, que sob Montes Claros existe uma falha de mais de 16km e que o povo pode ficar tranquilo. Somente quem passou por uma experiência dessa natureza, quem foi acordado de madrugada ou a qualquer hora do dia com tremores que se iniciam com estrondo ensurdecedor, e a terra começa a tremer por 6 a 9 segundos... Parece que esses 9 segundos não têm fim. A sensação é muito ruim. Não adianta falar que isso não vai a lugar nenhum, que são pequenos abalos e que eles continuarão, sem que tenhamos certeza absoluta de que efetivamente a cidade não experimentará um terremoto maior causando problemas sérios e até tirando a vida de montes-clarenses.

Recentemente, a Defesa Civil do Estado recebeu técnicos do Japão, que estiveram em Montes Claros. Eu estava lá, e eles disseram que alguma coisa precisa ser feita. Não há uma construção sequer em Montes Claros preparada para continuar recebendo esses tremores. As casas estão trincadas, muitas já caíram, principalmente as casas das periferias. Enfim, a situação é alarmante e preocupante. Gostaríamos de ter um pouco mais de informação e que pelo menos a Defesa Civil estadual ou a federal preparassem a população, ensinando crianças e jovens a se comportarem diante de um evento mais grave.

Acertamos com o Deputado João Leite que retornaremos a Montes Claros para fazermos um debate aberto com a presença da Defesa Civil municipal, da Defesa Civil estadual, da Defesa Civil nacional, dos Bombeiros, da sociedade civil, do povo, de Diretores de escolas e de representantes dos hospitais que atendem a rede de urgência e emergência para que tenhamos alguma certeza nessa história toda. Mas que possamos, principalmente, levar ao povo montes-clarenses, às crianças, aos estudantes um programa continuado de educação da população diante de um fato dessa natureza.

O Deputado Tadeu Martins Leite (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, meu aparte será rápido, apenas para parabenizar V. Exa., não só pela audiência que fizemos em Montes Claros na última quinta-feira tratando da violência, uma importante discussão, mas no que tange à questão dos tremores. A população tem de ficar preparada de fato. Felizmente não existem ainda fatalidades, mas podem ocorrer; por isso precisamos tranquilizar a população e estudar a questão.

Quanto à violência, tivemos aquela audiência pública da Segurança na quinta-feira, e infelizmente, na madrugada de domingo para segunda, foi assassinado mais um jovem na nossa cidade de Montes Claros - um jovem que era um amigo pessoal. Sua mãe, Izabel, é nossa amiga há mais de 20 anos. O seu filho, Samuel, foi confundido com um desafeto de um traficante, de um bandido em Montes Claros, levou um tiro na nuca e faleceu. Um jovem de 22 anos, que vi crescer, um menino que fazia trabalhos religiosos e que era uma pessoa especial, de quem todos gostavam em Montes Claros. Então, quero apenas registrar que mais um jovem perde a vida na nossa cidade de Montes Claros em decorrência da violência, da criminalidade e das drogas. Por isso, a importância daquela audiência pública. E precisamos continuar discutindo essa questão da violência para, quem sabe, acabar com a morte de jovens por causa da violência e da criminalidade na nossa cidade de Montes Claros. Parabéns mais uma vez.

O Deputado Carlos Pimenta* - Obrigado, Deputado Tadeuzinho. Na verdade, depois dessa audiência pública, esperamos que as coisas possam evoluir mais rapidamente em Montes Claros. E, terminando esta primeira parte do nosso pronunciamento, fica acertada a ida da Comissão. Vamos discutir o que está acontecendo e vamos implantar em Montes Claros uma metodologia, um estudo continuado para a juventude, para que a população saiba se comportar diante desses abalos sísmicos. É a única cidade do Brasil que está passando por esse problema. No Brasil não há terremoto, mas em Montes Claros há.

Na segunda parte do meu pronunciamento, quero tratar dessa audiência que tivemos em Montes Claros debatendo o problema da segurança - ou insegurança - da população. Montes Claros é uma cidade com 400 mil habitantes, e a nossa estrutura da Polícia Civil é



extremamente precária. Temos o mesmo número de Delegados há 10 anos, não aumentou praticamente nenhum. A estrutura da Polícia Civil para desempenhar o seu papel, para atender Montes Claros é vergonhosa. Em Montes Claros chove pouco, mas nas últimas chuvas, num dia em que choveu muito, as águas invadiram a Delegacia Regional de Polícia Civil, destruindo documentos, computadores; os carros ficaram boiando. Enfim, a cidade está desguarnecida, desprotegida. Isso ficou constatado na audiência que fizemos.

Já estamos tendo contatos com o Governador, com o Secretário de Defesa Social, para que a cidade possa receber uma estrutura maior.

Os veículos mais novos da Polícia Civil de Montes Claros têm cinco anos de uso. São cerca de 170 policiais, entre Detetives, Delegados e pessoal que trabalha internamente nas delegacias, para atender toda a população. Estamos esperançosos de efetivamente tentar mudar o rumo dessa história. Já estivemos com o Governador, a quem mostramos a necessidade de se investir na cidade, de haver um contingente maior, de novas viaturas e, principalmente, de uma sede moderna da Polícia Civil em Montes Claros.

Ainda ontem, acompanhado da Vereadora Marly e do Vereador Lega Policial, ambos de Montes Claros, estivemos com o Comandante do Corpo de Bombeiros, que também se prontificou a nos ajudar a construir a sede do 7º Batalhão de Bombeiros de Montes Claros. O local no qual os bombeiros atendem foi inundado durante as últimas chuvas. Quase que tivemos de chamar os bombeiros para socorrer a sede do Corpo de Bombeiros de Montes Claros. A situação é dramática. Parece cômica, mas é muito grave. É necessário que comecemos efetivamente a dar maior ênfase, maior importância à segurança do povo de Montes Claros.

Fica aí nosso registro dessa importante audiência que realizamos. Parabenizo a Câmara Municipal de Montes Claros, a Associação Comercial e Industrial de Montes Claros, a Polícia Federal, que lá esteve; a Polícia Civil - atuante na cidade -, que teve não a coragem, mas a responsabilidade de denunciar as fragilidades; a Polícia Militar, na pessoa do Cel. César, e a sociedade, que compareceu em massa. Centenas de pessoas lá estiveram, usaram da palavra e falaram para o Estado e para os Deputados o que é importante e necessário fazer por Montes Claros.

O mais preocupante, Ana, foi saber que Montes Claros é o caminho internacional do tráfico de drogas. Por isso temos lá hoje um assassinato de três em três dias. De três em três dias, eles matam, ou melhor, abatem os jovens em plena luz do dia. Mais de 160 jovens morreram no ano passado, todos vitimados pela violência do tráfico. A Polícia Federal precisa passar a agir para coibir essa violência, essa dor que estamos experimentando em nossa cidade.

Agradeço muito a participação da Comissão de Segurança Pública, na pessoa do seu Presidente, João Leite, do meu colega de partido Sargento Rodrigues e do Cabo Júlio, que lá estiveram, ouviram as pessoas e estão nos ajudando a mudar um pouquinho a história de violência que acontece em Montes Claros.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Primeiramente cumprimento V. Exa., Deputado Carlos Pimenta, pelo trabalho sério, honrado e efetivo que exerce não só como Líder da Bancada do PDT nesta Casa, mas também como Secretário do Trabalho, Emprego e Renda, o que muito nos honrou. V. Exa., que é orgulho do PDT no governo do Estado, continua brilhando e nos dando orgulho.

Na audiência pública da qual participamos no dia 18 de abril, na cidade de Montes Claros, tivemos uma radiografia exata do Município, levada pelo Chefe de Departamento, Dr. Rogério, e pelo Comandante do Batalhão dos Bombeiros de Montes Claros, que nos apresentou, em linhas gerais, as necessidades que tem, ora de efetivo policial, ora de recursos logísticos. V. Exa. foi muito feliz em levar à Comissão cobrança para instalação do batalhão dos bombeiros, além de uma nova sede para a Polícia Civil, que está precaríssima no Município de Montes Claros. V. Exa. foi muito feliz ao propor requerimento e levá-lo à Comissão. Obviamente, a partir dali, vários requerimentos foram aprovados, de minha iniciativa e de iniciativa de V. Exa.

Esperamos que o Governador Anastasia esteja atento, assim como o Secretário Rômulo Ferraz, o Chefe da Polícia Civil e o Comandante-Geral da Polícia Militar, aos encaminhamentos que a Comissão de Segurança Pública fez.

Tivemos a oportunidade de ouvir Vereadores, policiais e a população em geral. Como foi importante aquela audiência pública da Comissão de Segurança Pública! V. Exa. teve a iniciativa de encaminhar os pleitos, por meio do seu requerimento. Parabéns, mais uma vez, pelo brilhante trabalho que vem prestando ao Norte de Minas e a todo o Estado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado. Para encerrar, Presidente, fica o nosso registro: tenho a certeza de que o Governador Anastasia vai continuar investindo na segurança pública do Estado.

Farei outro registro, referente ao nosso descontentamento, ao nosso repúdio, porque o governo federal, que apoiamos, que o nosso partido apoia, não transferiu R\$1,00 sequer do Fundo Nacional de Segurança Pública para o Fundo Estadual de Segurança Pública do nosso Estado de Minas Gerais. Muito Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Gostaria de dar as boas-vindas aos servidores, que hoje participam desta reunião. Podem contar com o nosso apoio para os devidos encaminhamentos.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para falar sobre funcionalismo, porque é muito importante. Na última segunda-feira, estivemos na sede da Secretaria de Estado da Educação. Todos os representantes sindicais das categorias da educação, desde professores a Diretores, estavam lá. O Sind-UTE também estava presente.

Fizemos, com a Secretária da Educação, Ana Lúcia Gazzola, e com todo o estafê da Secretaria da Educação, uma reunião histórica, a meu ver, como Presidente da Comissão de Educação. Histórica, por quê? Naquele momento, não encontrávamos - não somente do lado do governo - nenhum caminho que permitisse um debate franco, com a apresentação das necessidades de um e as possibilidades do outro. Então, senhoras Deputadas, senhores Deputados, a reunião da última segunda-feira com a Secretária de Educação, Ana Lúcia Gazzola, foi muito importante. Lá, em determinado momento, o Sind-UTE fez solicitações, e a Secretária se comprometeu a corrigir as distorções e a fazer os encaminhamentos que ainda não foram solucionados. O clima e o ambiente estavam muito favoráveis para buscarmos todas as alternativas possíveis para a solução da questão. Por que digo possíveis? Também sou funcionário público de carreira e tenho 33 anos de efetivo exercício. Sei que não encontramos respaldo para tudo de que necessitamos. Primeiro: todos os governos municipais e estaduais têm um limite de gasto estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Muitas vezes, os



gastos são necessários, mas não são possíveis. Todos os temas da nossa reunião foram levados a bom termo, e a Secretária de Educação se comprometeu a dar uma resposta aos sindicatos que participavam, da reunião para aquilo que não pôde responder imediatamente.

Quero ressaltar um fato muito importante, senhoras e senhores Deputados: a Secretária Ana Lúcia Gazzola decidiu viajar, para visitar todas as superintendências estaduais. Todas. Das 47 superintendências, ela já esteve em 39, buscando entendimento. Ela foi até a base, para discutir e para saber da boca dos próprios Diretores, professores e demais serventuários da educação aquilo que precisa ser mudado. Essa pré-disposição da Secretária Ana Lúcia Gazzola de ouvir e de buscar um entendimento primário na base é muito importante para todos nós.

Hoje, na Comissão de Educação, vamos apreciar um requerimento de nossa autoria, que conta com a parceria da Deputada do PT, Maria Tereza Lara, nossa Vice-Presidente da Comissão, para que esta Casa assuma o seu papel na interlocução entre o governo e o sindicato. Que sejamos o elo entre as partes e estejamos bem colocados para buscar as possibilidades, vencer os desafios e fazer a interlocução com o governo no que for preciso mudar. Então, hoje, aprovaremos o requerimento para uma reunião com convidados. Já informo a V. Exa. que os convidados serão os representantes da Secretaria e do sindicato. Estaremos entre os dois assumindo, desde agora, esse papel de interlocutores.

Deputado Rogério Correia, em instantes passarei a palavra a V. Exa., mas quero trazer uma informação que julgo muito importante a esta Casa. Hoje, por volta das 13 horas, fui ao programa do Eduardo Costa, na rádio Itatiaia. O Eduardo Costa afirmou a importância de a Assembleia realmente assumir esse papel e a parabenizou pelo papel de interlocutor. Se isso ocorrer hoje, se prepararmos todos os debates, poderemos solucionar, conforme eu disse, o que é possível, o que está de acordo com a proposta do governo, obviamente dentro da sua possibilidade financeira.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por, da tribuna, abordar a possibilidade e a necessidade de se buscar uma intermediação com os professores neste momento.

Nós, por intermédio da Comissão de Direitos Humanos - eu, o Deputado Sargento Rodrigues e principalmente o Deputado Durval Ângelo -, obtivemos êxito na intermediação da greve que terminou ontem na assembleia dos trabalhadores do Poder Judiciário. Conseguimos fazer a intermediação, abrir as negociações e caminhar para firmar um acordo que fosse aceito pelas partes.

Creio que, no caso da educação, temos de agir rápido. Já havia solicitado ao Deputado Lafayette de Andrada que o governo, por meio da Assembleia Legislativa, de fato exerça essa função. Digo que temos de agir rápido, porque a greve de 2011 acabou sem nenhum tipo de acordo. O governo remeteu à Assembleia Legislativa o projeto de lei com o qual a categoria e o sindicato não concordavam. Criou-se o subsídio depois de assinado pelo Secretário Danilo de Castro, e isso não deveria ter sido feito, pois seria criada uma carreira através do plano já existente e com o índice de salário a partir da carreira, que era o piso. Depois disso, não houve nenhum avanço na negociação com o sindicato.

V. Exa. citou a reunião, mas a compreensão do sindicato é outra: o avanço não existiu na prática. Tanto que, na assembleia de ontem, os professores já determinaram uma data limite, dia 5 ou 6 de junho, para o início da greve por tempo indeterminado. Creio que temos tempo, pelo menos um mês, para estabelecer esse diálogo. Estou também à disposição. Conversei com a Profa. Beatriz Cerqueira para tentarmos atrelar algum tipo de negociação. Mas, sinceramente, agradeço e digo a V. Exa., que está com essa disposição, que tenho a mesma intenção. Isso só será possível se houver uma mudança de postura na Secretaria de Educação. Se o governo do Estado não parar de seguir as orientações da Secretaria e se não ocorrer uma mudança, nós, infelizmente, partiremos para um longo período de greve. Nós e os professores não queremos que isso aconteça, mas é necessária uma outra visão da Secretaria. A primeira coisa a ser reconhecida é que as coisas não vão bem. Se a Secretaria acha que está tudo bem dentro das escolas e o sindicato acha que as coisas vão muito mal, não chegaremos a um acordo nem mesmo para iniciar as conversas.

Então, quero alertar que essa intermediação é, de fato, necessária pelo quadro que estamos vislumbrando. Parabéns a V. Exa. pela vontade de, junto à Comissão, buscar esse intento.

O Deputado Duarte Bechir - Muito obrigado, Deputado Rogério. V. Exa. engrandece o nosso debate com a contribuição manifestada.

Também existe preocupação do governo e da Secretária, com a sua responsabilidade, em relação aos efetivados pela Lei nº 100. O Governador recebeu, na Cidade Administrativa, cerca de 600 funcionários que se encaixam nessa lei. Houve diálogo e uma importante comunicação. Em momento algum o governo deixará de lado o assunto, dada a sua importância. Ele dará sustentação a esses servidores. Neste momento, a decisão está no Supremo. A Assembleia de Minas foi chamada e se manifestou, assim como o governo do Estado. Existe o entendimento inicial hoje, em Brasília, - e temos essa segurança - de que as efetivações não se tornem sem efeito. O mais importante eu quero dizer a todos os funcionários estaduais, especialmente aos efetivados: o governo chama a si a responsabilidade, assume a responsabilidade de levar até o fim a condição de funcionários do Estado aos que foram efetivados. Portanto, não há o que temer. O governo de Minas é solidário e tem tomado todas as precauções para garantir o direito dos servidores. No ano passado, no embate travado com o próprio Sind-UTE, que entendia que os servidores da Lei nº 100 não poderiam lecionar com a mesma intensidade dos concursados, o governo garantiu o direito desses servidores inseridos no quadro. Foi uma resposta que o governo de Minas deu aos servidores efetivados no momento necessário, ou seja, assegurou sua participação tanto quanto assegurou os direitos dos concursados.

Como Presidente da Comissão de Educação, temos de fazer esse relato importante da responsabilidade do governo para todos os mineiros, especialmente os da área educacional. O governo não os deixa de lado em momento algum, com sua participação efetiva em todos os desdobramentos da Lei nº 100 - são mais de 100 mil funcionários -, assim como em relação aos concursados. É um respeito, é um valor que se dá à educação.

Deputado Gustavo Valadares, V. Exa. é Líder da Maioria nesta Casa. Estamos observando que Minas tem registrado os melhores índices em todas as avaliações feitas pelo governo federal e pelo MEC. Estamos em primeiro lugar na eficiência, ou seja, nossos alunos têm os melhores resultados em Português e Matemática. Isso é compromisso com a educação de qualidade.



Quero mais uma vez falar da importância de um Secretário de Estado como a nossa Ana Lúcia Gazzola, educadora nata, advinda dos quadros da UFMG. Ela é uma pessoa com formação, com sensibilidade para ouvir. Quero trazer ao conhecimento dos Deputados que, na última segunda-feira, os representantes dos sindicatos que estavam presentes na reunião parabenizaram a Secretária por sua postura, pelo momento propiciado, pelo debate que foi travado, por ouvir com muita atenção todas as reclamações e sugestões. Senhoras e senhores, esta Casa tem de exercer o seu papel na plenitude de interlocutora. Hoje as galerias estão tomadas por servidores que vieram à Assembleia buscar apoio. Temos a oportunidade de discutir com os representantes sindicais de todos os segmentos. Na qualidade de Vice-Líder de Governo, estou à disposição, estou aqui para buscar entendimento.

Nunca me furtei de participar de uma reunião com os servidores que aqui vieram. Até mesmo no ano da greve, estive aqui no Hall das Bandeiras, posicionei-me na tribuna que foi ali colocada para que quem quisesse se manifestar e lá estive.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, estou até meio receoso de lhe pedir esse aparte, porque fugirei um pouco do assunto.

Estou agora entrando com o pedido de audiência pública na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, solicitando ao governo que venha a esta Casa para podermos discutir uma questão que tem deixado temerosos muitos Prefeitos.

O governo tem feito licitações do ProMG Pleno, programa que visa à recuperação das rodovias estaduais que cortam o nosso Estado. Porém, a maioria dessas rodovias, Deputado Rômulo Viegas, corta também os nossos Municípios. Por exemplo, na minha região do Suaçuí, a MG-120 corta Guanhães, São João Evangelista, Santa Maria do Suaçuí e José Raydan. No entanto, o que está acontecendo é que o governo não está deixando que as empreiteiras vencedoras das licitações do ProMG Pleno façam também a recuperação no trecho urbano das rodovias. Então, estou chamando o governo para que venha a esta Casa a fim de que juntos achemos uma solução que seja de bom termo, tanto para o governo do Estado quanto para os Municípios, para que essas travessias urbanas das rodovias estaduais sejam também recuperadas. Os Prefeitos estão preocupados com isso porque o tráfego não pula a cidade, ele passa dentro da cidade. Então, o investimento do governo do Estado também tem de passar dentro da cidade. É por isso que estou chamando o governo para juntos construirmos uma boa solução. Que seja boa para o governo do Estado e para os Municípios.

Agradeço o aparte e peço desculpas por ter fugido do assunto. Trata-se de um assunto importantíssimo, que não pode esperar por conta das obras que estão espalhadas no ProMG Pleno por todo o Estado, e precisamos contemplar as travessias urbanas dos nossos Municípios. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, somente gostaria de informar que, ao aprovar o requerimento hoje, para estabelecer o diálogo entre Assembleia, governo e sindicato, voltaremos aqui para dar informações a respeito dos andamentos das questões discutidas e do que conseguimos com o trabalho desta Casa, para os nossos servidores estaduais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rômulo Viegas* - Boa tarde, Sr. Presidente Deputado Hely Tarquínio, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Bem-vindos, servidores do Ipsem e todos que nos acompanham pela TV Assembleia.

Hoje o que me traz a esta tribuna são três temas de extrema importância. Daqui do Parlamento, quero cumprimentar todos os Prefeitos da região das Vertentes. Nesse sábado, tivemos a oportunidade de promover em São João del-Rei e Tiradentes um evento de extrema importância. Fizemos uma movimentação a favor de uma das instituições terapêuticas mais importantes do Brasil, a Apadec - Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos -, para motivar a sociedade a estabelecer um processo de acompanhamento, integração e, sobretudo, de defesa das pessoas que lamentavelmente estão sendo vítimas do vício das drogas.

Estivemos na cidade de Tiradentes com mais de 21 Prefeitos da região. Lá conseguimos um compromisso inédito: a cooperação mútua entre esses Municípios para darem contribuição financeira, de modo que a Apadec possa continuar fazendo esse trabalho terapêutico sem usar medicamentos. É um trabalho que está sendo referência internacional para libertar as pessoas do vício das drogas.

Então, queria aqui, de público, agradecer ao Prefeito Ralph, da cidade de Tiradentes; ao Prefeito Zé Neto, de São Lourenço, que esteve lá também nos prestigiando; à Prefeitura de São João del-Rei, nossa terra.

Enfim, conseguimos mobilizar toda a sociedade da região de Campo das Vertentes nesse caminho, que é o caminho para a estruturação das famílias, para a defesa e o resgate dos valores morais e, sobretudo, Deputado Doutor Wilson Batista, para a preservação das pessoas a fim de se livrarem definitivamente do vício da droga.

Cumprimento também o Nazareno, Presidente da Apadec, e os demais servidores que estiveram conosco nessa movimentação no último sábado, quando tivemos essa oportunidade.

O segundo tema: acho fundamental relatarmos que já vai para cerca de dois, três anos o empreendimento do consórcio tripartite, de três multinacionais - a Sumitomo, empresa japonesa; a Vallourec, francesa; e a Mannesmann, alemã. Tive oportunidade, quando Subsecretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, de elaborar todo o protocolo de intenções na região de Jeceaba, Sobral, Suaçuí e Entre-Rios de Minas para levarmos àquele local o empreendimento desse consórcio tripartite, com o objetivo de gerar, Deputado Ulysses Gomes, mais de 4 mil a 5 mil empregos.

Houve necessidade, sim, de interferência nossa para buscarmos recursos de modo a qualificar profissionalmente as pessoas que buscariam essa oportunidade de trabalho. Sabemos da importância desse empreendimento, que necessitou de cerca de 1.500.000m² para as edificações e as instalações da usina e de tubos de aço galvanizados sem costura, cujo mercado de exportação já está acertado e que, claro, ajudará muito a balança comercial do Brasil, sobretudo de Minas Gerais.

Tivemos oportunidade, na formatação do plano diretor, de mostrar a importância da região no contexto desse desenvolvimento. Com isso, as obras já estão em andamento, há a duplicação da BR-040 do trevo de Congonhas até o trevo de Jeceaba, e, logo em seguida, caminharemos no sentido de Entre-Rios de Minas e Lagoa Dourada, chegando a São João del-Rei, com possibilidade de fazer a terceira pista e dois anéis rodoviários, um para Lagoa Dourada e outro para São João del-Rei, o que mobilizará muito o fluxo



não apenas desse empreendimento industrial, mas sobretudo o fluxo de produtos agrícolas. Não sei se os senhores sabem, mas Lagoa Dourada é a cidade que mais traz produtos agrícolas a Belo Horizonte para serem distribuídos por todo o Estado.

Portanto, quero registrar essa grande parceria que foi formatada por meio do protocolo de intenções. Cumprimento o Dr. Raul Zirman, Presidente desse consórcio, que envolve, como já disse, a Vallourec, a Mannesmann e a Sumitomo, empresas que vêm empregando, a curto prazo, só nas edificações das instalações, mais de mil trabalhadores, que estão lá trabalhando e, com isso, gerando renda e condições de sustentar suas famílias.

Simultaneamente a isso, não podemos deixar de expor nosso reconhecimento, fundamental para todas essas ações que o plano diretor conseguiu fazer na região, desde a cidade de Congonhas até a de Conselheiro Lafaiete. Todas elas receberam recursos específicos para que os consórcios de desenvolvimento levassem então adiante o plano diretor.

No plano diretor há uma regra explícita, clara, definindo os Municípios que podem ou não, Deputado Doutor Wilson Batista, receber esse tipo de investimento. Mas queremos destacar que a maioria dos Municípios mineiros têm menos de 10 mil habitantes, Deputado Inácio Franco, e, portanto, é mais do que natural levarmos também esses benefícios aos Municípios com menor população.

Estive recentemente visitando a cidade de Paiva, próxima a Juiz de Fora, e lá conseguimos motivar os empresários a fazerem pequenos “clusters”, justamente para a venda de produtos agrícolas.

Na cidade de Cana Verde, próximo a Lavras, conseguimos motivar empresários a estabelecer galpões industriais para a fabricação de roupas, Doutor Wilson. Uma cidade desse porte, gerando mais empregos é algo muito bom.

Recordo-me agora e quero, de público, também enaltecer a direção da empresa internacional Marluvas, situada na cidade de Dolores de Campos, voltada à fabricação de calçados. Para V. Exa., Doutor Wilson, ter ideia, eles fabricam e exportam, Presidente, Deputado Hely Tarquínio, os calçados e as botas para o exército de Israel. A Marluvas, agora, por meio de uma ação nossa com o governo de Minas, está levando as suas filiais para seis cidades da nossa região, com a construção de cada galpão na ordem de R\$700.000,00, gerando, nessas cidades, de 200 a 300 empregos. Foram contempladas com esse grande benefício: Madre de Deus de Minas, Prados, Minduri, Piedade do Rio Grande e São Vicente de Minas. Muito em breve, pelo cronograma apresentado e o andamento eficiente da execução das obras, acredito eu, dentro de dois ou três meses, cada cidade dessas, que têm em torno de 5 mil habitantes, terá oportunidade de gerar de 400 a 500 empregos, quase que 10% da população das cidades.

Então, quem visita as cidades do nosso interior e conhece essas cidades de pequeno porte sabe da importância que, lamentavelmente, dentro da nossa história cultural, política e administrativa, a Prefeitura tem em ser um local de maior empregabilidade. As pessoas trabalham muitas vezes dentro dos Municípios, recebendo salários das Prefeituras. Agora, com essa ação que conseguimos, da empresa Marluvas e do governo de Minas, iremos gerar em cada uma dessas cidades de 400 a 500 empregos, fortalecendo muito a economia da região das Vertentes.

Quero, de público, cumprimentar o Sr. Marcelo Arruda, empresário do governo de Minas, e a Sra. Dorothea Werneck, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Tenho certeza absoluta de que, cada vez mais, ações pontuais como essas fazem com que as pessoas acreditem no trabalho político e administrativo. Os Prefeitos das respectivas cidades se envolveram, de forma eficiente, e buscaram, dentro do seus cronogramas de trabalho e dentro da parceria necessária, apresentar o projeto de lei à Câmara Municipal para doação do terreno. As Prefeituras entraram com esta contribuição: a doação do terreno; o governo entrou com R\$700.000,00 para a construção dos galpões; e, é claro, a empresa arcou com uma despesa maior - porque é necessária a distribuição de recursos para a instalação dos equipamentos, que são importados, e para a instalação elétrica.

Simultaneamente a isso, na região, estamos oferecendo curso de qualificação profissional, aproveitando a parceria com o Senai e com o Sesi. Aproveito para agradecer ao Presidente da Fiemg, Dr. Olavo Machado, e parabenizo-o pela comemoração de cem anos da sua história. A Fiemg, por meio do sistema “S”, tem sido uma parceira incansável e de extrema importância para a qualificação profissional dos jovens para atuarem no mercado de trabalho. É fundamental que a sociedade e as pessoas que estão nos acompanhando reconheçam muito isso. Muitas vezes, as pessoas chegam pedindo emprego, encaminhando currículos para que sejam repassados às indústrias.

Na região das Vertentes, conseguimos, num curto espaço de tempo... Começamos esse trabalho em março do ano passado e, agora, justamente agora, no início de maio, vamos ter a satisfação de ver vários jovens trabalhando nessa grande indústria, que é a Marluvas.

Nas cidades Dolores de Campos e Barroso não há desemprego. Na cidade Dolores de Campos, hoje, qualquer pessoa que quer trabalhar tem um local para trabalhar dentro da empresa Marluvas.

Através de contatos específicos também com o Dr. Cláudio Werneck, conseguimos mais empreendimentos, mais motivação para a cidade de Barroso, que é muito vizinha a Dolores de Campos. Barroso está agora promovendo cursos de qualificação profissional para também colocar esses jovens no mercado de trabalho e, aí, claro, trazer alegria, liberdade e poder de compra para esses funcionários, esses meninos, jovens que estão tendo essa oportunidade na região das Vertentes.

Simultaneamente a isso, vale dizer que em breve daremos início à construção do centro de convenção internacional em São João del-Rei, uma obra em torno de R\$46.000.000,00, que será fundamental para motivar o turismo, o agronegócio na região. Sabemos que nossa região - São João del-Rei, Tiradentes, Prados, Santa Cruz de Minas, Ritópolis, Nazareno, Conceição da Barra de Minas, Madre de Deus de Minas, Piedade -, todas essas cidades têm uma cultura religiosa, um artesanato de Primeiro Mundo. Aproveito para cumprimentar todos os artesãos, todos os artistas, todas as pessoas que fazem as festas religiosas da nossa região. Tenho certeza absoluta de que, com a construção do centro de convenções, teremos um local adequado para apresentar ao mundo todo o nosso produto, toda a arte cultural, artesanal, tudo que se faz de bom na nossa região. Temos a tradição do nosso queijo, um produto hoje já exportado para todos os países. Tenho certeza de que nesse local, nesse ambiente, somando-se o aeroporto, poderemos promover um turismo de grande qualidade e importância que vai gerar emprego, divisas para todos nós.

Ao encerrar, parabenizo a minha universidade, a nossa Universidade Federal de São João del-Rei, onde dou aula há muito anos. Completou no dia 21 de abril 26 anos de existência. É uma universidade federal nova, mas já está entre as cinco melhores do Brasil. Tenho a grata satisfação de ser membro do corpo docente da instituição. Mando um abraço à nossa Reitora, Profª. Dra. Valéria Kemp,

a todos os professores, funcionários e alunos da nossa universidade, que nasceu de um sonho, do grito de liberdade de Tiradentes e se consolidou com Aécio Neves. Queremos agora parabenizar publicamente a todos da nossa universidade, com a certeza absoluta de que muito em breve estará entre as melhores do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Boa tarde, telespectadores, Presidente, Deputadas e Deputados, principalmente servidores que acompanham aqui esta reunião.

De início, dirijo-me particularmente aos servidores do Ipsemg para dizer que ele é patrimônio de Minas Gerais. Sou filho de servidora pública aposentada. Utilizei sempre o Ipsemg e sei da importância dele, principalmente para as pessoas que não podem ter um plano de saúde caro, que não têm uma renda maior. Então, quero dizer que a nossa Bancada do PT reconhece que não vai obstruir esse projeto, que vai aprová-lo, até porque beneficia os servidores do Estado, mas temos de beneficiar também os servidores do Ipsemg.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado André Quintão, corroboro o que V. Exa. expôs. Quero dizer aos servidores públicos, aos companheiros do Ipsemg que estão aqui que o governo do Estado tem agido com o servidor público como aquela história do cobertor curto. V. Exa. bem a conhece. Ele dá um cobertor fininho e pequeno ao servidor. Ao dormir, quando está fazendo frio, se ele puxar para cima, sente frio no pé; se puxar para o pé, sente frio na barriga. Assim está o governo do Estado em relação ao servidor público. Não era necessário que isso acontecesse, muito pelo contrário.

Fiz um levantamento agora, rapidamente. Quando os professores fizeram 112 dias de greve, disseram que não poderiam dar aumento salarial e, depois, não poderiam dar aumento ao servidor por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, que já se tinha ultrapassado, ou estava muito próximo disso, o limite prudencial de 55,6%. Isso aconteceu na greve de 2011.

Deputado André Quintão, passado um ano, em dezembro de 2012 a situação era a seguinte: considerando ou não o aposentado, o índice era em torno de 40,73%, portanto muito longe dos 46,55% do limite prudencial. Para terem uma ideia, teríamos uma sobra em torno de dois bilhões e meio, a serem negociados com o servidor público, abaixo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando a questão dos aposentados, o cálculo que o governo vem fazendo, isso vai para 34,24%. Deputado André Quintão, isso significa que o governo, podendo gastar no limite prudencial R\$18.792.000.000,00, está gastando R\$13.821.000.000,00. São 5 bilhões que o governo disponibilizou em dezembro. Depois disso, a situação deve ter melhorado para o governo e piorado para o servidor, ou seja, foi feito por meio de um arrocho salarial. O choque de gestão foi feito, nada mais nada menos, em um ano em que ele dizia que estava no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Consegue agora ter uma folga enorme e manda um projeto de lei que não abrange o Ipsemg e outros servidores, que estão com o cobertor curto. Essa é a realidade do governo.

Já disse ao Deputado Duarte Bechir e queria dizer alto e bom som para o governo saber também. V. Exa., Deputado André, que levantou essa lebre aqui, hoje pode nos ajudar: ontem os trabalhadores da educação confirmaram greve para 6 de junho. Pelo que estou vendo em todo o serviço público, essa greve com certeza se alastrará se o governo continuar com essa política. O Ipsemg está insatisfeito, a saúde também. Aliás, é impressionante, quando tucano chega ao governo, o Ipsemg acaba. Parece mesmo que há uma intenção de acabar com o Ipsemg. É o choque de gestão no Ipsemg, é o choque de gestão na saúde, é o choque de gestão na educação, corta tropeiro do Mineirão. E, mesmo assim, vai funcionando o chamado choque de gestão.

Estão aqui os dados: 40,73%, calculando com os aposentados, e, sem os aposentados, 34,24%. Portanto, há folga orçamentária no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses dados que estou apresentando são do governo. O cobertor é curto porque o governo quer fazer o arrocho salarial com o choque de gestão. Parabéns, Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado. Concedo aparte ao Deputado Elismar Prado e depois farei outra consideração.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado André Quintão, obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero reforçar nossa luta e nosso compromisso com todos os trabalhadores da educação e com todos os servidores públicos do Estado, nossa luta pelo reajuste dos servidores do Ipsemg e junto com o sindicato dos servidores do Ipsemg, que estão sofrendo realmente.

Deputado André Quintão, são 10 anos do choque de gestão, modelo de administração pública que significou muito prejuízo ao povo de Minas Gerais. O Estado está cada vez mais distante e menos presente em todas as áreas de políticas públicas, seja da saúde, seja da educação, seja da segurança pública. A população realmente está sofrendo muito com esse choque de gestão.

Ontem os professores, os trabalhadores da educação fizeram aqui uma assembleia reivindicando o piso salarial, que ainda não é cumprido em Minas Gerais; a carreira, que foi congelada; a nomeação imediata de todos os concursados para os cargos vagos; atendimento digno no Ipsemg; e reajuste para esses servidores, pois realmente o Ipsemg está sucateado.

Os trabalhadores estão sofrendo, assim como os professores, que não têm acesso a atendimento de qualidade. Reivindicam também um terço de hora-atividade, sem aumento da jornada, o direito de negociar todas as reivindicações da categoria. Quero parabenizá-los pela luta. Contem com nosso apoio incondicional e irrestrito em todos esses momentos. Realmente, 10 anos de choque de gestão, 10 anos de atraso, de péssima qualidade dos serviços públicos de Minas Gerais, de arrocho, de diminuição do Estado, da sua presença nas políticas públicas de saúde, de segurança pública, de educação, ou seja, em todas as áreas. Quero declarar nosso apoio aos servidores da educação, em especial aos servidores do Ipsemg, presentes nesta Casa para reivindicar seus direitos. Parabéns. Obrigado.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado. Continuo dizendo que nossa solidariedade será demonstrada aqui, na votação. Estarei presente para discutir o projeto do governo que autoriza um outro projeto de incentivo a pessoas físicas na área de tecnologia. Estarei aqui para discutir o projeto que muda a lei de incentivo na área da cultura. Não vamos obstruir. Vamos discutir. Vamos aprovar, de preferência com a emenda que beneficie os servidores do Ipsemg.

Agora, nesses minutos que me restam, farei um pronunciamento talvez um pouco inusitado, mas peço a compreensão dos que aqui se encontram.

Ontem eu me encontrava nesta Casa para a reunião noturna e, como não houve quórum, aproveitei o tempo para atividades domésticas, que me despertaram para uma questão muito importante. Além da biblioteca que tenho, organizei algumas publicações e



vídeos sobre a trajetória política do PT e das administrações democráticas populares. Particularmente, uma publicação me emocionou, pelo debate que o Brasil faz hoje sobre a redução da maioridade penal, que diz respeito à atenção à criança e ao adolescente. Encontrei várias publicações e registros sobre a política implantada em Belo Horizonte a partir de 1993, com o ex-Prefeito Patrus Ananias, na área da criança e do adolescente.

Naquele período, havia uma grande demanda, que eram os meninos e meninas de rua em Belo Horizonte, que andavam aos bandos. Na busca de sobrevivência, assaltavam, buscavam as alternativas que não lhes foram concedidas pela sociedade, pelos governos. Sobre isso, encontrei um vídeo. Quero revelar a vocês que a política tem de ter também uma dimensão suprapartidária; talvez daqui a pouco até estejamos em lados contrários em algumas votações. Encontrei um vídeo que apresenta uma iniciativa em Belo Horizonte das mais positivas, das mais criativas, das mais resolutivas, e que foi adotada por uma pessoa que se encontra neste Plenário. Pensei em fazer-lhe uma homenagem hoje - já que eu estava inscrito para me manifestar - talvez inusitada.

Querido João Leite, V. Exa. foi um Secretário Municipal de Esportes em Belo Horizonte que transformou áreas abandonadas em campos de futebol, que fez parcerias com siderúrgicas, com metalúrgicas, com empresas privadas, para transformar essas áreas abandonadas em campos de futebol, e resgatou ex-jogadores de futebol, pessoas que estavam abandonadas.

Talvez não aqueles Ronaldinhos e Tardellis da vida. V. Exa. foi atrás daqueles que estavam abandonados, que se transformaram em treinadores de crianças e adolescentes que estavam com os pés na rua. V. Exa. criou, junto com o Delvi, o Heleno, o Ângelo, o time de meninos de rua em Belo Horizonte. Aqueles meninos que iam para o esporte não iam para as drogas, para a violência.

Ontem, recuperando isso, percebi que na política podemos e devemos sempre resgatar as boas ideias, as boas intenções, as boas iniciativas, e talvez aquele sentimento maior que brota do coração das pessoas e que às vezes está acima de partidos, de sindicatos e de movimentos, quando colocamos no nosso horizonte o bem-estar das pessoas. E fiquei me perguntando se cairia bem um Deputado do PT homenagear outro Deputado, pois em alguns minutos podemos estar em campos contrários, em pressões de governo, de situação e oposição. Mas, neste momento em que o Brasil quer resolver a questão da criança e do adolescente, reduzindo para 16 anos a maioridade, ou para 15 ou 14, porque infelizmente o tráfico hoje recruta não com 16, mas com 11 e 12 anos, talvez possamos disseminar boas experiências de inclusão social que coloquem a criança na escola, em atividade extraescolar, principalmente na área do esporte, da cultura, da educação.

Então hoje subi aqui, Deputado e amigo João Leite, para dizer que, em que pese hoje estarmos em partidos e talvez em defesas de projetos nacionais diferentes, V. Exa. nos orgulhou muito em Belo Horizonte. Eu queria que o exemplo que V. Exa. deu como Secretário fosse o contraponto ao exemplo daqueles que querem reduzir a maioridade penal. V. Exa. está de parabéns pelo que fez e por sua trajetória. Registro vale quando as pessoas estão vivas, e queria fazer esse registro de público a V. Exa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, meu amigo, meu Líder, Deputado e doutor Hely Tarquínio; Deputadas Maria Tereza Lara e Luzia Ferreira, Srs. Deputados, servidores públicos do Ipsemg, servidores do Estado de Minas Gerais, o nosso sistema prisional aqui presente, queria saudar todos os servidores que trazem alegria para esta Casa com seus gritos e sua presença aqui. E você ainda veio de camisa azul. Quero saudar os telespectadores da TV Assembleia e agradecer muito ao Deputado André Quintão, que nem aparteei.

Muito obrigado, Deputado André Quintão. Foi sem dúvida um momento muito especial da minha vida. Eu encerrava a minha carreira de atleta, já eleito Vereador em Belo Horizonte, e veio o convite do Patrus Ananias para ser o Secretário de Esportes em Belo Horizonte. Tínhamos perdido a eleição para o PT, o PSDB nem chegou ao segundo turno. No segundo turno, foi Patrus contra Maurício Campos. O Patrus venceu, e já tínhamos saído no primeiro turno. Quando ele me convidou, fiquei na dúvida se aceitava, pois eu era do PSDB. Perguntei tanto ao Aécio Neves quanto ao Eduardo Azeredo. Lembro-me de ter ligado para eles, que disseram: “vá, João, porque você tem de ajudar Belo Horizonte, você ajudará Belo Horizonte”. Eu me entusiasmei e fui, e guardo com a maior alegria aquele tempo, Deputado André Quintão. Foram 12 projetos que iniciamos em Belo Horizonte, e, como V. Exa. bem lembrou, com muita parceria.

Não tínhamos dinheiro para fazer quadras. Então, fomos à Coca-Cola e fizemos parceria. A Coca-Cola dava as redes, as bolas e as petecas, e a BHTRANS fechava o quarteirão. Fizemos duzentas quadras assim. De quatro em quatro meses havia reposição das bolas. Lembro-me da chegada de duas carretas de bolas e redes para os bairros carentes de Belo Horizonte. Depois fizemos cem campinhos para crianças em Belo Horizonte. Queria fazer um campo grande, mas não cabia. Queria fazer um campo grande ali perto da Jamef, no Anel Rodoviário, final da Pedro II, e entramos com trator e tudo. Mas entrei na área da aeronáutica, e mandaram um capitão me prender. Então tive de reduzir rapidamente o campo, mandar voltar com a cerca. Fizemos um campinho, que está lá até hoje, em parceria com a Mannesmann, que doou os tubos. Na Sudcap, serravam e soldavam os tubos, e as crianças, a comunidade nos ajudavam a colocar as traves nos campinhos. Subindo para o Anel Rodoviário pela antiga Av. Delta, Av. Vereador Cícero Idelfonso, há uma comunidade, uma vila, onde a única coisa que não foi ocupada é o campinho de futebol, que está lá desde 1993.

Por iniciativa do Deputado André Quintão, fizemos o time dos meninos que roubavam no Centro de Belo Horizonte. Lembro-me que falavam comigo: “João, esses meninos são todos ladrões”. Eu dizia: “Deixem comigo o dia inteiro, com o Ângelo e o Heleno, e enquanto isso, as mulheres com as suas bolsas, no Centro de Belo Horizonte, estão tranquilas, e os nossos idosos também podem sacar o dinheiro deles no banco sem nenhum roubo”. Lembro-me de um dos meninos, o André, goleiro do time, que dizia que roubava na Praça Sete. A polícia corria atrás dele, Deputado Rodrigues, e ele saltava as grades da rodoviária. Ele já sabia onde estava a viga do talvegue na murada do Arrudas. Então ele saltava a murada, caía na viga, atravessava o Arrudas, saltava o muro do metrô de um lado a outro, atravessava a linha e entrava nos esgotos do Túnel da Lagoinha. Ninguém o alcançava. Olhei para ele e fiquei pensando: que atleta espetacular! Ele se tornou corredor de corridas longas; nunca ganhou nenhuma corrida longa, mas ganhou por participação, corria as corridas do interior.

Fizemos também o Superar, uma escolinha de esporte, de vôlei e de futsal para crianças com deficiência física. Está funcionando até hoje, na Av. Pedro II, eu a acompanho. Da mesma forma, o Vida Ativa para a terceira idade. Tinha certeza de que eu chegaria a essa idade. Fizemos em parceria com a Coca-Cola a recuperação e construção de 13 pistas de caminhada em Belo Horizonte. A verdade,



Deputado André, é que não gastamos nenhum centavo de dinheiro público; fizemos em parceria, com os outros. Concordo plenamente com V. Exa. que existe essa dimensão de fazer as coisas juntos. Podemos construir juntos, como naquele tempo, em que o Patrus chamava alguém do PSDB para ser Secretário dele, e o Aécio e o Azeredo diziam: “Você tem de ir, porque você vai ajudar a cidade.” Concordo com você: Minas Gerais, Belo Horizonte estão acima dos nossos partidos e clubes. O nosso servidor público não vê o partido de quem chega ao Hospital do Ipsemg ou quem está no sistema prisional, ele apenas serve as pessoas. Você falou do Ipsemg. Também sou filho de servidor público. Meu pai era da Guarda Civil, e a minha mãe, da Secretaria de Obras.

Várias vezes ali, perto do parque, fui atendido no Hospital do Ipsemg. Meu pai, doente, também foi atendido lá. Então concordo plenamente com V. Exa., Deputado André Quintão. Quero agradecer muito a sua generosidade. O Patrus diria: “O Deputado André Quintão foi generoso”. Nós o acompanhamos e sabemos que falaria assim.

Reconheço o papel importante e o compromisso que tínhamos, naquele governo, de melhorar a cidade, a vida das crianças, da população de Belo Horizonte. Com muita alegria, guardo aquele tempo, pois foi muito bom na minha vida. Hoje vemos outra situação em Belo Horizonte. Antes havia aqueles jovens que usavam tiner e cocaína, fazendo grandes assaltos para comprar droga. Era interessante ver aqueles jovens quando iam treinar conosco. Deputado Duarte, eles corriam muito. Lembramo-nos de um comentando com o outro: “Esse aditivo faz bem para correr no futebol”. Só que, quando terminava o treino, eles estavam exauridos. Aí os médicos presentes poderão explicar o que acontecia. Eles estavam acabados. Um dia, um deles disse: “Eu não estou querendo vir aqui mais, porque, depois de treinar tanto, o dia inteiro, não estou tendo força para roubar”. Então intensificamos o treinamento deles.

Lembro um dia em que cheguei no treino dos meninos, André, quando o Ângelo, que jogava no Atlético, estava apitando ali. Então perguntei ao Adão, um menino que roubava no Centro de Belo Horizonte e que estava fora do treino, por que ele não estava jogando. Ele disse: “Por causa daquele ladrão lá”. E apontou para o juiz. “Ele está roubando da gente”. O Heleno, professor de Educação Física, perguntou-lhe: “Quer dizer que não pode roubar, não é, Adão?”. “Não, é um absurdo, uma injustiça roubar de mim.” E o Heleno perguntou de novo: “Quer dizer que não pode roubar, não é, Adão?”. Aí ele se surpreendeu e disse: “Aqui não”. Quer dizer que, lá na Praça Sete ou em outros lugares, pode roubar, mas ali não.

Sem dúvida, o esporte é um instrumento muito forte para a educação e a formação das crianças. Lembro-me da minha vida na Vila Oeste e dos campos que tínhamos para jogar. Era um tempo, André, em que não pagávamos escolinhas para jogar. Perto da minha casa, havia 10 campos de futebol, e podíamos usar qualquer um deles. Era um tempo em que as pessoas não precisavam pagar para nadar, porque as nascentes do Rio Tijuco, que hoje está encaixotado debaixo da Via Expressa, eram as nossas piscinas gratuitas. Era molhar nas nascentes do Rio Tijuco, depois jogar futebol naqueles campos para secar. E foi ali que aprendi a ter disciplina. O atleta tem de ser disciplinado e treinar; o atleta tem de cuidar da sua alimentação; o atleta tem de dormir cedo e tem de jogar de acordo com as regras e os limites impostos pelo futebol. Para uma bola entrar em jogo no futebol, ela tem de sair da grande área. O goleiro ou o zagueiro não podem jogá-la para dentro da área. Ela deve sair para estar em jogo. Todas essas coisas formam as crianças e fazem parte da educação não formal, de algo que as crianças adoram: jogar bola. É a formação – e Patrus também falaria isso – prazerosa, uma escola prazerosa. E uma escola prazerosa é aquela que tem o esporte.

Fico muito feliz, porque o governo de Minas hoje... Em 2003, 54 Municípios participavam dos jogos escolares, neste ano serão 742 Municípios.

Eu lutei por isso, para que o esporte chegasse à escola, para que os jogos escolares fossem aqueles que recebem recursos públicos em Minas Gerais. Quero agradecer. Todos estão muito ansiosos pela votação. É justamente a partir de 15h30min que começa a votação, mas antes é o momento de falarmos. Aqui é um parlamento, o lugar de “parlar”, de falar. São 15h30min, e o Presidente vai tomar a palavra de mim para iniciar os momentos de votação. Espero que não haja nenhum encaminhamento e que votemos os projetos rapidamente. Obrigado, Sr. Presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/4/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Elismar Prado

nomeando Sueli Alves da Silveira Sousa para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa

nomeando José de Paula Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Patrícia Suyane da Silva para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 131/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/5/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de pneus para a frota de veículos da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - CEP: 30190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2013

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 49/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 15/5/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento de livros.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte - CEP: 30190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 106/2012

PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS Nº 1011014 147/2012

Objeto: material para cabeamento estruturado. A íntegra da referida ata estará disponível no "site" www.almg.gov.br, Acompanhe - Licitações.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2013.

Denise Correia Fernandes, Pregoeira em exercício.

TERMO DE CONTRATO CTO/118/2012

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A e Unidata Automação Ltda. Objeto: serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da contratante e de fornecimento de combustível. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico para Registro de Preços Planejamento nº 35-A/2010. Ata de Registro de Preços nº 003/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.909-10.1.

TERMO DE CONTRATO CTO/22/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. Objeto: seguro de acidentes pessoais coletivo. Vigência: 12 meses a partir de 1º/5/2013. Licitação: Pregão Eletrônico nº 03/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.